



**PARECER PRÉVIO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11416/2017.**

**Apensos:** Processo nº 12607/2016, 10449/2017 e 10429/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Raimundo Nonato de Araujo Magalhães (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Ana Carolina Soares Souza - OAB/AM 12300.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7390/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, responsável pela Prefeitura Municipal de Coari, no exercício 2016, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127 da CE/89, art. 18, I, LC n.06/91 e art. 1º, I e 29 da Lei Estadual n.2423/96;

**11- Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11416/2017.**

**Aposos:** Processo nº 12607/2016, 10449/2017 e 10429/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Raimundo Nonato de Araújo Magalhães (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Ana Carolina Soares Souza - OAB/AM 12300.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7390/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Recomendação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, responsável pela Prefeitura Municipal de Coari, no curso do exercício 2016, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.2423/96, face à permanência das impropriedades elencadas no item 13 e 14 do Relatório/Voto;

**10.2. Considerar em Alcance ao Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, no valor de **R\$72.145.919,60** (setenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e dezenove reais e sessenta centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da glosa, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Coari, nos moldes do art.304, incisos I e II, da Resolução n.04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

**10.2.1. Restrição 20:** em débito pelo valor de R\$ 764.300,00, com fundamento no art. 304, inciso II do RITCE, em razão da não comprovação legal e jurídica da despesa contabilizada na rubrica “394900000 – Outros Incentivos”;



**ACÓRDÃO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.2.2.** Restrição 25: em débito pelo valor de R\$2.811.534,73, em razão da não comprovação do repasse aos bancos credores Caixa (R\$997.744,36) e Bradesco (R\$1.813.790,37) de empréstimos consignados em folha dos servidores;
- 10.2.3.** Restrição 31: em débito no valor R\$61.548.813,52, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos relativos às despesas de uso de bens, consumos e capital fixo contabilizados no exercício;
- 10.2.4.** Restrição 31: em débito no valor R\$ 3.191.472,01, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos referentes às Imobilizações contabilizadas no período;
- 10.2.5.** Restrição 31: em débito no valor R\$ 3.829.799,35, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos correspondentes aos desembolsos relacionados a financiamentos contabilizados no exercício em análise.

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, no valor de **R\$34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos) , face à permanência das impropriedades relacionadas nos itens 14.11, 14.12, 14.14, 14.15 e 14.16 do Relatório/Voto, as quais demonstram práticas de *atos de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário*, nos termos do artigo 54, V, da Lei Estadual n.2.423/96 (com redação atualizada pela Lei Complementar n.204/2020) c/c art.308, V, da Resolução n.04/2002-TCE/AM e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos



**ACÓRDÃO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, no valor de **R\$68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), face à permanência das impropriedades elencadas nos itens 13, 14.1, 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.8, 14.9, 14.10, 14.13, 14.17, 14.18, 14.19, 14.20, 14.21, 14.22, 14.23, 14.24, 14.25, 14.26, 14.27 e 14.28 do Relatório/Voto, as quais demonstram práticas de atos com grave infração às normais de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do artigo 54, VI, da Lei Estadual n.2.423/96 (com redação atualizada pela Lei Complementar n.204/2020) c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002-TCE/AM e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, no valor de **R\$20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), face à permanência da impropriedade elencada no item 14.5 do Relatório/Voto, diante do atraso nos 12 (doze) meses de 2016, no envio dos balancetes mensais, cabendo aplicação de multa no valor de R\$1.706,80, por mês de competência, nos termos do artigo 54, I, a, da Lei Estadual n.2.423/96 (com redação atualizada pela Lei Complementar n.204/2020) c/c art.308, I, a, da Resolução n.04/2002-TCE/AM e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da





**ACÓRDÃO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães, solidariamente, aos demais responsáveis, Monalisa Gadelha Cordovil, Alvimar da Costa Monteiro Junior, Vaneza Alves Martiniano e Fernando Oswaldo Cunha, no valor de R\$6.827,19 (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), face à permanência das impropriedades elencadas nos itens 13.1, 13.2, 13.3, 14.11, 14.12, 14.14, 14.15 e 14.16 do Relatório/Voto, diante da *sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal*, nos termos do artigo 54, II, b, da Lei Estadual n.2.423/96 (com redação atualizada pela Lei Complementar n.204/2020) c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002-TCE/AM; e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção**



**ACÓRDÃO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.7. Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, solidariamente, aos demais responsáveis, **Monalisa Gadelha Cordovil, Alvimar da Costa Monteiro Junior, Vaneza Alves Martiniano e Fernando Oswaldo Cunha**, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), face à permanência das impropriedades elencadas nos itens 13.1, 13.2, 13.3, 14.11, 14.12, 14.14, 14.15 e 14.16 do Relatório/Voto, que geraram a *obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas pelo Tribunal*, nos termos do artigo 54, IV, a, da Lei Estadual n.2.423/96 (com redação atualizada pela Lei Complementar n.204/2020) c/c art.308, II, b, da Resolução n.04/2002-TCE/AM; e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.8. Determinar** que o Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães, fique inabilitado por 05 (cinco) anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual, com fundamento no art. 56 da Lei Estadual n.2.423/96-TCE;

**10.9. Determinar à SEPLENO** que:



**ACÓRDÃO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.9.1. Notifique** os responsáveis e os demais interessados, inclusive por meio de advogados, habilitados nos autos, encaminhando cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso;
- 10.9.2. Comunique** a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Amazonas, quanto ao julgamento pela irregularidade das contas, em razão do art.1º, I, g, da Lei Complementar n.64, de 18/5/19905;
- 10.9.3. Encaminhe** cópia integral do processo ao Ministério Público do Estado do Amazonas dando-lhe conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da Lei Estadual n.2423/96;
- 10.9.4. Oficie** a Receita Federal do Brasil sobre a existência de débitos previdenciários do município de Coari, no exercício de 2016 (item 14.24 do Relatório/Voto).
- 10.10. Recomendar** ao Prefeitura Municipal de Coari que:
- 10.10.1.** Determinar à origem fiel cumprimento aos prazos do GEFIS, prazos de publicação do RREO e do RGF, bem como a manutenção da atualização do Portal de Transparência do órgão;
- 10.10.2.** Determinar à origem rigorosa observação à Resolução TCE nº 27/2013, encaminhando nas prestações de contas anuais todos os documentos ali exigidos.
- 10.10.3.** Determinar à origem rigor na observação do disposto no art. 51, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.
- 10.10.4.** Determinar à origem que observe com rigor os prazos para envio das prestações de contas mensais a este Tribunal.
- 10.10.5.** Determinar à origem que observe com rigor o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos (art. 212, da CF/88) na aplicação de despesas com na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 10.10.6.** Determinar à origem rigor na observação do valor do piso salarial do profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica instituído pela Lei nº 11.738/08





**ACÓRDÃO Nº 28/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.10.7.** Determinar à origem que observe com rigor o cumprimento ao art. 7º, § 3º, da EC 29 e ao art. 50, I, da LRF, todos tangentes ao Fundo Municipal de Saúde.
- 10.10.8.** Recomendar à origem fiel cumprimento da Lei Federal nº 13.005/2014 em âmbito municipal.
- 10.10.9.** Determinar à origem rigorosa observação dos prazos para repasse dos duodécimos devidos à Câmara Municipal.
- 10.10.10.** Recomendar à origem o fiel cumprimento da Lei Federal nº 123/2006 e da Lei Municipal nº 539/2009 quanto ao tratamento jurídico diferenciado simplificado e favorecido a microempresas e as empresas de pequeno porte nas suas aquisições de bens e serviços;
- 10.10.11.** Determinação à atual gestão da Prefeitura de Coari para que as prestações de serviço mediante habitualidade e subordinação direta sejam lançadas na folha de pagamento.

**10.11. Determinar** a adoção das providências para execução completa da Decisão n.46/2017-TCE- Tribunal Pleno, exarada no processo n.12607/2016. E, depois de cumpridos os procedimentos cabíveis, autorizo o arquivamento do processo e seus anexos.

**11- Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral